

## Questões – Direito Administrativo

1. Assinale a única alternativa incorreta:

- (a) O direito administrativo, entroncado no direito público, reproduz, no geral, as características do regime de direito público.
- (b) O regime jurídico administrativo pode ser compreendido enquanto conjunto de princípios e normas que guardam entre si uma relação lógica de coerência e unidade, compondo um sistema.
- (c) A determinação de uma disciplina jurídica autônoma não pressupõe um conjunto sistematizado de princípios e normas que lhe dão identidade, diferenciando-a das demais ramificações do Direito.
- (d) Celso Antônio Bandeira de Mello considera dois princípios enquanto delineadores do Direito Administrativo: supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade dos interesses públicos.
- (e) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado é fundamento de uma série de prerrogativas e poderes do estado.

2. Em relação ao princípio da supremacia do interesse público, é incorreto afirmar:

- (a) Do princípio da supremacia do interesse público decorre a posição privilegiada do órgão da administração pública encarregado de zelar pelo interesse público e de exprimi-lo nas relações com os particulares, por exemplo.
- (b) Trata-se de verdadeiro axioma reconhecível no moderno direito público. Proclama a superioridade do interesse da coletividade, firmando a prevalência dele sobre o particular, como condição, até mesmo, da sobrevivência e asseguramento deste último.
- (c) A presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos e o benefício de prazos em dobro para a intervenção ao longo do processo judicial são prerrogativas decorrentes do princípio da supremacia do interesse público.
- (d) Não há possibilidade, em favor da Administração, de constituir os particulares em obrigações por meio de ato unilateral, pois tratar-se-ia de expediente autoritário que atenta contra o regime jurídico administrativo.
- (e) A posição de supremacia do interesse público é frequentemente expressa através da afirmação de que vigora a verticalidade nas relações entre Administração e particulares; ao contrário da horizontalidade, típica das relações entre estes últimos.

**3.** Em relação ao princípio da Indisponibilidade dos interesses públicos, é incorreto afirmar:

(a) A possível responsabilização do agente público em casos de excesso ou desvio de poder não está relacionada à indisponibilidade do interesse público.

(b) A indisponibilidade dos interesses públicos implica que os interesses internos ao setor público, quando qualificados como próprios da coletividade, não se encontram à livre disposição de quem quer que seja.

(c) Na administração pública, os bens e os interesses não se acham entregues à livre disposição da vontade do administrador.

(d) Caberá ação regressiva contra o servidor de pessoa jurídica de direito público responsável nos casos de dolo.

(e) O princípio da legalidade explicita a subordinação da atividade administrativa à lei e está intimamente vinculado à indisponibilidade dos interesses públicos.

**4.** Assinale a alternativa incorreta:

(a) A democracia participativa - que afirma que nenhum poder e nenhuma função estatal resta imune à participação popular - não deve ser considerada objeto de reflexão dos administrativistas, visto que se trata de questão eminentemente política em sentido estrito.

(b) A noção de Estado de direito implica a dupla finalidade de impor limites ao exercício do poder estatal e de criar uma autêntica garantia constitucional aos cidadãos na promoção de seus direitos.

(c) Para aqueles que defendem a necessidade de repensar o modelo de estado à luz do princípio da eficiência, a função administrativa e a prestação dos serviços públicos ainda se encontrariam muito arraigados à burocracia e à legalidade estrita, fatos que poderiam vir a comprometer a execução de políticas públicas essenciais.

(d) O texto constitucional atualmente vigente confere destaque aos direitos fundamentais, seja enquanto direitos fundamentais de proteção da pessoa em relação ao Estado ou como direitos fundamentais de prestação, exigindo da administração pública que assegure acesso a uma série de bens considerados essenciais a uma vida digna.

(e) A prestação de serviços públicos por entidades privadas é intimamente vinculada ao modelo do estado gerencial.

**5.** Em relação aos princípios constitucionais elencados no artigo 37 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- (a) É prerrogativa da administração, na distribuição de bens e cargos, a distinção de tratamento aos seus destinatários, em todos os casos, sem exceção.
- (b) Pode-se questionar a concepção tradicional do princípio de legalidade - condicionamento da ação administrativa à prévia existência de lei que a autorize - enquanto insuficiente diante das novas incumbências que foram atribuídas à administração na atualidade.
- (c) A imposição de padrões de conduta aos agentes públicos não possui como finalidade a promoção do bem comum, pois conceito indeterminado de natureza ética.
- (d) De acordo com a doutrina, o princípio da publicidade não pode ser compreendido enquanto um mandado de otimização.
- (e) A simplificação dos procedimentos formais do agir administrativo e o rompimento com formatos jurídicos considerados demasiadamente rígidos não podem ser justificados por nenhum princípio constitucional, dada a indisponibilidade do interesse público.

**6.** São todas modalidades de controle da administração pública, exceto:

- (a) O controle jurisdicional.
- (b) O controle externo, exercido pelo Legislativo.
- (c) O controle externo em sua modalidade social.
- (d) O controle interno da administração pelas controladorias.
- (e) O controle da administração exercido pelo tribunal de contas enquanto órgão do executivo municipal, estadual ou federal.

**7.** Assinale a alternativa incorreta:

- (a) De acordo com a Constituição Federal, o Legislativo pode exercer o controle externo da administração pública, com o auxílio do Ministério Público e Tribunal de Contas.
- (b) O controle prévio dos atos da administração pública visa rever os atos já praticados, corrigindo-os, por exemplo.
- (c) É possível, segundo a doutrina, o controle informal.
- (d) O Tribunal de Contas competente pode sustar a execução de ato administrativo impugnado.
- (e) o Tribunal de Contas deve exercer controle quanto à quantidade de recursos investidos na promoção dos direitos fundamentais mediante a fiscalização das

contas anuais, quando analisa se os limites mínimos de recursos públicos a serem investidos nas políticas públicas foram observados.

**8.** Assinale a única alternativa incorreta dentre as apresentadas:

(a) O estado liberal - em contraposição ao estado de bem-estar social, por exemplo - é mais voltado à limitação do poder para a garantia das liberdades individuais, em sentido omissivo, do que à ação do Estado, em sentido comissivo e construtivo.

(b) O direito administrativo, enquanto ramo autônomo do direito, é muito antigo: remete já ao século XIV, no bojo da irrupção dos estados nacionais absolutistas.

(c) No contexto do pós-segunda grande guerra, houve um aumento expressivo das políticas sociais, característica típica do estado social.

(d) As políticas públicas estão intimamente vinculadas aos direitos sociais, os quais se concretizam por meio de prestações positivas do estado.

(e) A função estatal de coordenar e concretizar a realização de direitos dos cidadãos – por exemplo, saúde e educação – legitima-se também pelo convencimento da sociedade quanto à necessidade de realização desses direitos sociais.

**9.** Assinale a alternativa correta:

(a) O estudo das políticas públicas não é um objeto caro ao direito público, visto que foge à expertise do jurista.

(b) O conceito de serviço público não impõe desafios para a fixação de seu conteúdo e sentido, na medida em que se trata de atividade básica da administração pública.

(c) A análise atenta dos programas de ação e de governo do Poder Executivo são irrelevantes para as políticas públicas.

(d) De acordo com a visão clássica, políticas públicas de longa duração e de longo prazo, cuja realização ultrapassaria a duração de um governo, deveriam, em tese, ser discutidas e formuladas no âmbito do legislativo, sede da representação popular.

(e) A estruturação e características do campo das políticas públicas independe da análise das especificidades dos diversos ordenamentos jurídicos nacionais.

**10.** Assinale a alternativa incorreta:

(a) As agências reguladoras, entidades autárquicas, foram concebidas com a finalidade de regular atividades econômicas consideradas prioritárias.

(b) O controle da administração pública é essencial à formulação do juízo sobre a atuação da administração pública, no sentido de observar se os princípios constitucionais e a garantia dos direitos da população estão sendo devidamente respeitados e perseguidos.

(c) De acordo com o artigo 74 da Constituição, apenas o Poder Executivo possui a prerrogativa de realizar o controle interno de seus próprios atos.

(d) O processo de construção das políticas públicas deve consubstanciar não apenas o princípio da eficiência, mas também observar os outros princípios da administração pública, em relação de articulação.

(e) A inafastabilidade da jurisdição implica no fato de que os litígios que envolvam a administração pública poderão vir a ser apreciados por juízes e tribunais comuns.

**11.** À luz do texto Controle das Políticas Públicas: uma apreciação sob a ótica do Poder Legislativo, Poder Judiciário e Tribunal de Contas, analise as afirmativas abaixo sobre o **controle de políticas públicas**.

I. O aspecto temporal é a característica definidora do controle exercido concomitantemente ou *a posteriori*.

II. A diferença entre mérito e legalidade são aspectos de análise do controle exercido sobre as políticas públicas.

III. O controle exercido por um poder republicano sobre os próprios atos é denominado controle externo.

IV. O controle informal é caracterizado por ter fundamento e exercício exclusivamente institucional.

Pode-se afirmar que:

(a) I e II estão corretas.

(b) I e III estão corretas.

(c) II e IV estão corretas.

(d) II e III estão corretas.

(e) III e IV estão corretas.

**12.** De acordo com as características do controle exercido pelos diferentes Poderes Republicanos que integram a República Brasileira, destacadas no texto Controle das Políticas Públicas: uma apreciação sob a ótica do Poder Legislativo, Poder Judiciário e Tribunal de Contas, pode se afirmar que:

I. O controle sobre as políticas públicas se fundamenta na efetivação dos direitos fundamentais.

II. O controle legislativo recai sobre os aspectos financeiro e político do *policy cycle*.

III. O controle judicial recai sobre atos individuais, vinculados ou discricionários, dentre outros.

IV. O controle pelos tribunais de contas recai sobre a edição e execução das leis orçamentárias conforme a gestão fiscal determina.

Pode-se afirmar que:

(a) I, II e III estão corretas.

(b) I, III e IV estão corretas.

(c) II, III e IV estão corretas.

(d) I, II e IV estão corretas.

(e) Todas estão corretas.

**13.** De acordo com o texto “Empresas estatais entre serviços públicos e atividades econômicas”, analise as afirmativas abaixo sobre as fases históricas das empresas estatais sob o viés da economia política:

I. As primeiras estatais surgem em contexto de nacionalização e de estatização em países periféricos, o que não ocorreu em países ditos centrais (europeus e norte-americanos).

II. O surgimento das estatais de conformação capitalista pode ser analisado sob os aspectos político-ideológicos (alteração da distribuição de poder na sociedade), econômico (esforços em setores como siderurgia e armamento) e social (políticas *welfaristas*), aplicados aos contextos pós-Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

III. Dentre o receituário de austeridade fiscal proposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), constavam recomendações de privatizações de empresas estatais.

IV. Após a crise financeira de 2008, o pacto de não intervenção econômica do Estado em atividades empresariais foi revisto, citando como exemplos os casos do Royal Bank of Scotland e da General Motors.

Pode-se afirmar que:

(a) I, II e III estão corretas.

(b) II e IV estão corretas.

- (c) II, III e IV estão corretas.
- (d) III e IV estão corretas.
- (e) Todas estão corretas.

**14.** Segundo o texto “Empresas estatais entre serviços públicos e atividades econômicas”, no que tange à criação e à manutenção de empresas estatais pelo Estado Brasileiro:

I. Lacunas deixadas pelo mercado em projetos de infraestrutura e industrialização foram preenchidas por empresas estatais, que surgem como forma de suprir “espaços vazios”.

II. Por meio das estatais, o Estado Brasileiro realizou investimentos importantes caracterizados pelo longo prazo de maturação, retorno incerto e baixa rentabilidade, constituindo-as em instrumentos de política industrial.

III. a Constituição Federal (CRFB/88) foi emendada, assegurando a quebra de monopólio público de exploração de certas atividades, tais como setores de gás e petróleo, para garantir andamento a projetos de privatização de empresas estatais no Brasil.

IV. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nunca chegou a ter função financiadora das políticas de privatização de empresas estatais no Brasil.

Pode-se afirmar que:

- (a) I, II e III estão corretas.
- (b) I, II e IV estão corretas.
- (c) II, III e IV estão corretas.
- (d) I, III e IV estão corretas.
- (e) Todas estão corretas.

**15.** Pensando-se no regime jurídico das empresas estatais no Brasil, de acordo com o texto “Empresas estatais entre serviços públicos e atividades econômicas”, **não** se pode afirmar que:

- (a) A distinção entre empresas estatais prestadoras de serviços públicos e empresas estatais exploradoras de atividades econômicas em sentido estrito não foi contemplada na Lei das Sociedades Anônimas (1976).
- (b) A legislação e a Jurisprudência deveriam se atentar à possibilidade de coexistência da prestação de serviços públicos e da exploração de atividades econômicas em sentido estrito por uma mesma empresa estatal.
- (c) A extensão de prerrogativas, como imunidade tributária e impenhorabilidade de bens, conferida a certas empresas estatais impacta juridicamente sua atuação enquanto agentes econômicos.
- (d) A Lei nº 13.303/2016 perpetua os problemas da dicotomia entre empresas estatais prestadoras de serviço público e exploradoras de atividades econômicas em sentido estrito por não mencionar expressamente a nomenclatura adequada.
- (e) O Supremo Tribunal Federal (STF), em sua Jurisprudência, manifestou-se algumas vezes sobre o regime jurídico das empresas estatais.

**16.** No texto “O conteúdo do regime jurídico-administrativo e seu valor metodológico”, Celso Antônio Bandeira de Mello considera que todo o sistema de Direito Administrativo se constrói sobre os seguintes princípios:

- (a) Legalidade e indisponibilidade do interesse público.
- (b) Isonomia e Legalidade.
- (c) Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público.
- (d) Controle administrativo e Supremacia do interesse público sobre o privado.
- (e) Controle administrativo e isonomia.

**17.** As consequências do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado são a “posição privilegiada do órgão encarregado de zelar pelo interesse público e de exprimi-lo, nas relações com os particulares” e a “posição de supremacia dos órgãos nas mesmas relações”. Nesse sentido, o autor Celso Antônio Bandeira de Mello em seu texto “O conteúdo do regime jurídico-administrativo e seu valor metodológico” indica qual exemplo:

- (a) Contagem diferenciada de prazos judiciais.
- (b) Presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos.
- (c) Prazos especiais para prescrição das ações em que é parte o Poder Público.



- (d) Possibilidade de modificação unilateral das relações já estabelecidas.
- (e) Todas as alternativas.

**18.** Segundo o texto “Da constitucionalização do direito administrativo – Reflexos sobre o princípio da legalidade e a discricionariedade administrativa”, de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, é correto afirmar que:

- (a) O princípio da legalidade é estanque e sofreu poucas alterações ao longo das transformações do próprio modelo do Estado de Direito.
- (b) Discricionariedade administrativa é uma faculdade conferida pela Lei à Administração para apreciar o caso concreto, segundo critérios de oportunidade e conveniência, e escolher uma entre duas ou mais soluções, todas válidas perante o direito.
- (c) A proliferação de normas por órgãos e entidades da Administração confere maior proteção ao cidadão, que jamais poderá recorrer ao controle judicial pela via de exceção.
- (d) É defeso ao Poder Judiciário a interpretação e o exame concreto de conceitos jurídicos indeterminados, pois traduzem aspectos discricionários.
- (e) A corrupção é um elemento intrínseco ao processo de tomada de decisão na Administração Pública e não pode ser considerada como infração aos princípios da legalidade e moralidade.

**19.** Considerando o Sumário Executivo - Aplicação dos Novos Dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União, pode-se afirmar que:

- (a) O Tribunal de Contas da União não participou do debate que antecedeu a aprovação da Lei nº 13.655/2018.
- (b) A Lei nº 13.655/2018 não demonstra qualquer conexão com as atividades do Tribunal de Contas da União.
- (c) A Lei nº 13.655/2018, que alterou a LINDB, não buscou conectar o direito público à realidade da gestão pública nacional.
- (d) A Lei nº 13.655/2018 focou apenas em novos comandos de tomada de decisão e não em comandos de controle.
- (e) A Lei nº 13.655/2018 tentou reduzir a distância entre direito e gestão pública, buscando consolidar em lei geral as melhores práticas disseminadas em normas esparsas e na jurisprudência.

**20.** Considerando o Sumário Executivo - Aplicação dos Novos Dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União pode-se afirmar que:

- (a) O art. 28 da LINDB não auxilia na identificação de condutas objetivamente reprováveis.
- (b) O art. 28 da LINDB dispõe que o agente público nunca responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
- (c) O art. 28 e o art. 22, caput e § 1º, da LINDB, têm relação com a aplicação dos mecanismos de responsabilização utilizados pelo TCU e visam a evitar a responsabilização do gestor bem-intencionado.
- (d) O art. 28, da LINDB, não estabeleceu uma regra geral para a caracterização da culpabilidade de agentes públicos.
- (e) O art. 22, caput, da LINDB não prevê que, na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo.

**21.** O Sumário Executivo - Aplicação dos Novos Dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União afirma que:

- (a) Na maior parte dos casos analisados, o TCU utiliza o conceito de erro grosseiro do art. 28 para aplicação de sanção ao responsável.
- (b) Na fundamentação, o TCU procura não tipificar, na forma de enunciados, irregularidades passíveis de punição pelo Tribunal.
- (c) O Tribunal parece ter criado uma lista de condutas aprováveis para fins de responsabilização com base no art. 27.
- (d) O TCU sempre avalia os elementos subjetivos do agente público para decidir sobre sua responsabilização.
- (e) A eficácia do art. 28 da LINDB vem sendo intensificada em razão do entendimento de que ele se aplicaria aos casos que envolvem dano ao erário.

**22.** Segundo Maria Paula Dallari Bucci, no texto "Políticas públicas e direito administrativo", sobre a relação entre políticas públicas e Direito, podemos afirmar que:

- (a) Desde a década de 1930, existe um grande interesse do direito sobre políticas públicas.
- (b) Trata-se de um tema sem maiores complexidades.
- (c) As políticas públicas possuem um caráter estático, facilmente apreensível pelo direito.
- (d) Não se pode considerar o instrumental jurídico de análise centrado na norma e no ordenamento jurídico como o mais adequado para captar o caráter eminentemente dinâmico e funcional das políticas públicas.

(e) Todas as alternativas estão corretas.

**23.** No texto “Políticas públicas e direito administrativo”, Maria Paula Dallari Bucci afirma que:

- (a) O fundamento mediato das políticas públicas é a existência de direitos fundamentais, que se caracterizam por meio de prestações negativas do Estado.
- (b) O Estado-serviço público foi sucedido pelo Estado-políticas públicas, e a essa evolução correspondeu amadurecimento teórico do direito administrativo.
- (c) O fundamento mediato das políticas públicas é a existência de direitos fundamentais, que se caracterizam por meio de prestações positivas do Estado.
- (d) O direito administrativo anglo-americano é muito mais abrangente que o direito francês, do qual o direito brasileiro sofreu influência indireta.
- (e) Todas as alternativas estão corretas.

**24.** Acerca da constitucionalização do Direito Administrativo, Alexandre de Moraes, no texto “Princípio da Eficiência e o Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos Discricionários”, afirma que:

- (a) À medida que as normas básicas do Direito Administrativo foram sendo constitucionalizadas, restringiu-se a possibilidade de ingerência do Poder Judiciário em assuntos tradicionalmente da alçada do administrador.
- (b) A ideia de constitucionalização do Direito Administrativo é supervalorizada, sem maiores repercussões no que tange aos métodos de hermenêutica constitucional.
- (c) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos demais órgãos jurisdicionais, sobretudo, após a Constituição Federal de 1988, é caracterizada pelo caráter criativo e limitador dos abusos do Poder Executivo.
- (d) A constitucionalização do Direito Administrativo se mostrou um instrumento inapto de combate à corrupção.
- (e) A constitucionalização do Direito Administrativo representou verdadeiro instrumento de combate à corrupção, ao desvio de verbas públicas, e, principalmente, à ineficiência na utilização dos recursos públicos, apenas em alguns poucos níveis da Administração Pública, em defesa da legitimidade do regime democrático.

**25.** Segundo Alexandre de Moraes, no texto “Princípio da Eficiência e o Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos Discricionários”, é possível afirmar que:

(a) Em relação aos atos administrativos vinculados, em face de a lei determinar todos os seus elementos, o controle jurisdicional é limitado, pois, existe vontade subjetiva da Administração Pública na sua edição.

(b) Em regra, será permitido ao poder judiciário apreciar o mérito do ato administrativo.

(c) Acerca dos atos administrativos discricionários, torna-se irrelevante a definição dos contornos e amplitude do controle jurisdicional.

(d) Acerca dos atos administrativos discricionários, torna-se importante a definição dos contornos e amplitude do controle jurisdicional.

(e) Em relação aos atos administrativos vinculados, o controle jurisdicional é pleno, pois, existe vontade subjetiva da Administração Pública na sua edição.

Texto para a questão 26.



Disponível em: <https://crefito14.org.br/> (acesso em 10 jan 2024).

- 26 - Um dos objetivos da campanha publicitária de utilidade pública é modificar um comportamento presente na sociedade. Considerando tal afirmação, constata-se que a função social presente no texto acima é de:
- Propagar uma imagem positiva da instituição CREFITO14, a qual demonstra-se preocupada com a questão da intolerância religiosa no país.
  - Divulgar políticas sociais que combatam os crimes de intolerância religiosa.
  - Instruir os cidadãos a denunciarem casos de crime de intolerância religiosa cometidos contra religiões de matriz africana.
  - Conscientizar a população sobre o respeito que se deve ter com as religiões independentemente de quais sejam elas.
  - Expressar de forma criativa, a partir da rima entre as palavras 'louvor' e 'tambor', uma questão de preconceito presente na sociedade contemporânea.

**Texto para a questão 27.**

*Ame quem te ama  
Quem tudo faz pra não te perder  
Ame quem te ama  
Quem nunca mais irá te esquecer*

*Oh, se você me deixar,  
Meu coração vai parar  
E eu vou morrer.*

**Refrão:**

*Ó meu amor, não faz assim  
Volte pra mim não me faça sofrer  
Ó meu amor, te amo assim  
Por dentro de mim chego a tremer  
Ó minha vida, ó meu amor.*

*Ouça quem te ama.  
Quer ser feliz, não é por quê?  
A felicidade e o paraíso está em você.*

27- O texto acima é uma letra de canção interpretada pela dupla sertaneja Rosimar e Rosicler e lançada no Brasil no ano de 1988, versão da música *All Through The Night* de Cyndi Lauper. Considerando a noção de licença poética, comum a esse gênero textual, e as normas gramaticais da língua portuguesa na modalidade padrão, considere as seguintes afirmações:

- I. A forma 'pra' presente no segundo verso da primeira estrofe foi empregado apenas para tornar a linguagem do texto mais informal, tendo em vista que seu uso não é previsto pela gramática normativa, a qual impõe a forma 'para' como correta.
- II. A forma 'por quê' presente no penúltimo verso da última estrofe está empregada incorretamente, pois, por se tratar de uma pergunta, a expressão correta seria 'por que'.
- III. A expressão 'não faz assim' está incorreta, pois o imperativo negativo do verbo fazer na terceira pessoa do singular seria 'não faça assim'.
- IV. Há um desvio de concordância verbal no último verso da canção.
- V. No segundo verso do refrão, a conjugação correta do verbo 'voltar' no imperativo afirmativo seria 'volta' em detrimento de 'volte'.

Estão corretas apenas o que se afirmam em:

- (a) I, II e IV.
- (b) I, III e IV.
- (c) I, II, III e IV.
- (d) I, II, IV e V.
- (e) II, III e V.

## TEXTO PARA AS QUESTÕES 28 E 29

# ***Ghosting*: a maneira cruel de acabar com relacionamentos na era digital**

**A situação pode ser familiar para muitos: você conhece alguém, troca números de telefone, vai a vários encontros, começa um relacionamento e tudo parece ir muito bem quando, de repente... silêncio.**

A outra pessoa deixa de responder mensagens de texto e chamadas e, sem aviso, desaparece sem dar explicações.

Em inglês isto é chamado de *ghosting*, palavra derivada de *ghost* (fantasma). O termo vem ganhando popularidade nos últimos anos e foi eleito como uma das palavras de 2015 pelo dicionário britânico Collins.

Encerrar um relacionamento da noite para o dia, cortando todo tipo de comunicação, não é novo. Mas alguns especialistas afirmam que as novas tecnologias tornaram esta prática mais comum. Em uma época em que muitas relações começam por meio de *sites* ou aplicativos dos celulares, o *ghosting* é algo cada vez mais comum.

Especialistas em Psicologia afirmam que o *ghosting* tem consequências para quem sofre e também para quem pratica.

A pessoa que sofreu o *ghosting* tem sua autoestima prejudicada e precisa atravessar o período difícil do fim de um relacionamento sem ter todas as respostas sobre o que levou ao rompimento.

Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151206\\_ghosting\\_relacionamentos\\_fn](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151206_ghosting_relacionamentos_fn) acesso em 14 fev 2024.

28 - Assinale a alternativa correta:

- (a) O termo *ghosting* aparece em itálico durante todo o texto para sinalizar que se trata de um estrangeirismo. Caso fosse um texto manuscrito, essa palavra poderia ser usada entre aspas para também marcar essa característica.
- (b) A gramática normativa da língua portuguesa estabelece como regra que termos estrangeiros devem sempre ser grafados em itálico, independentemente do contexto em que estão inseridas.
- (c) O uso do itálico para identificar palavras estrangeiras como *ghosting* no texto também poderia ser substituído, por convenção jornalística, pelo termo sublinhado.
- (d) O uso de estrangeirismos se caracteriza como um vício de linguagem no texto, pois há uma palavra em língua portuguesa que poderia substituir o termo *ghosting* sem prejuízo de sentido.

- (e) Como não há uma palavra na língua portuguesa que tenha o mesmo significado de *ghosting*, o uso do itálico se justifica, diferentemente do que acontece no termo *site*, por exemplo.

29 - Com base no texto "*Ghosting*: a maneira cruel de acabar com relacionamentos na era digital", qual alternativa melhor explica a consequência do *ghosting* para a pessoa que o sofre?

- (a) A pessoa fica traumatizada e dificilmente consegue seguir em frente sem problemas.
- (b) A autoestima da pessoa é abalada, pois ela não recebe explicações sobre o fim do relacionamento.
- (c) A maior parte das pessoas não se importa com o *ghosting*, pois sabe que é algo comum na era digital.
- (d) A pessoa fica com raiva e ressentimento por ter sido abandonada sem explicações.
- (e) A pessoa sente alívio por não ter que lidar mais com o relacionamento.

### Texto para a questão 30



30- Com base na tirinha acima, qual alternativa melhor explica a ironia presente na fala da menina no último quadrinho?

- (a) O uso das aspas no pronome aquilo.
- (b) O fato de a menina estar sorrindo apenas no último quadrinho.
- (c) A quebra de expectativa que surpreende o menino diante de uma pergunta com apenas duas alternativas.
- (d) O uso da expressão "ser humano" para designar tanto um indivíduo do sexo masculino quanto do feminino.
- (e) O duplo sentido da palavra humano, que pode ser compreendido tanto no sentido literal quanto no figurado.



Gabarito da Prova de Direito Administrativo – Processo Seletivo 2024

- 1- C
- 2- D
- 3- A
- 4- A
- 5- B
- 6- E
- 7- B
- 8- B
- 9- D
- 10- C
- 11- A
- 12- E
- 13- C
- 14- A
- 15- D
- 16- C
- 17- E
- 18- B
- 19- E
- 20- C
- 21- A
- 22- D
- 23- C
- 24- C
- 25- D
- 26- D
- 27- B
- 28- A
- 29- B
- 30- C